

# Os corsários estão de volta

Muda apenas a forma, mas a exploração sobrevive 500 anos

**A**legando prejuízos, concessionárias de serviços públicos privatizadas ameaçam deixar o país para fugir de dívidas e compromissos. A farsa começa a se desfazer e expor os bastidores da privatização das estatais brasileiras. No Paraná, o governo do Estado deu um basta à exploração do Saneamento, ao retornar a gestão da Sanepar, que esta-

va sob controle da iniciativa privada, através de um estranho acordo de acionistas, apesar da maioria das ações continuarem nas mãos do estado.

Isto nos faz lembrar que, há cerca de 500 anos, quando as primeiras missões de exploração começaram a chegar ao Brasil, guizos, colares de contas e espelhos eram suficientes para permitir que os exploradores subtraíssem madeiras nobres, ouro, prata, pedras preciosas e outras riquezas do Novo Mundo. Depois de carregar suas naus, em nome de reis, rainhas ou de grandes com-

panhias de navegação - subiam a bordo e iam embora desfrutar as bezenes da corte, levando nossas riquezas para longe das terras tupiniquins. Hoje, não é necessário mais enfrentar tempestades e calmarias, motins ou a ferocidade dos nativos. Em tempos de globalização, graças ao poder da informática e das telecomunicações, o mundo ficou pequeno, a moeda de troca mudou, mas a história se repete. Graças ao programa de privatização implantado pelo governo FHC, os corsários estão de volta, em nome de governos ricos ou de grandes corporações multinacio-

nais. Com a complacência e conivência dos governantes, exploram o quanto podem, desempregam, suateiam o patrimônio do país, transferem as riquezas, arrumam as malas e se vão, desfrutar, como há 500 anos, a riqueza explorada da neo colônia e levar condições de melhoria social e desenvolvimento a seus países. A Light, a Eletropaulo e tantas outras estatais transferidas ao capital internacional privado são exemplos contemporâneos recentes desse novo modelo de exploração.

Páginas 4, 5, 6 e 7

## Privatização sai de pauta no Congresso

O polêmico projeto de Lei 4.147/01, que trata da questão da privatização do setor de Saneamento Básico, vai ser retirado do Congresso Nacional, a pedido do ministério das Cidades. O anúncio foi feito pelo secretário Nacional de Saneamento do ministério, Abelardo de Oliveira, que já comunicou a decisão a empresários do setor e secretários estaduais. Abelardo de Oliveira - citando os exemplos da Argentina, França e Inglaterra - concluiu que "experiências de outros países já demonstraram que a privatização não resolve o pro-

blema nessa área". Acrescentou que o governo não deverá incentivar políticas de privatização para o Saneamento. Ao contrário, deverá estabelecer uma agenda para discutir uma política única, que englobe tanto a água e os esgotos quanto a questão dos resíduos sólidos. O próximo número do Jornal da ASEAC vai publicar uma análise sobre a decisão, além de uma entrevista com o vice-governador do Estado, Luiz Paulo Conde, sobre seus projetos para a CEDAE à frente da secretária de Meio Ambiente.





**DIRETORIA EXECUTIVA**  
 Diretor Presidente  
 Paulino Cabral da Silva

Diretor Vice-Presidente  
 Dario Mondego

Diretor Administrativo  
 Flávio de Carvalho Filho

Diretor Financeiro  
 Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação  
 Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Técnico  
 Jorge Luiz Ferreira Briard

Diretor Social  
 Antônio Bastos de Oliveira

Diretor Jurídico  
 Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto  
 Aloysio Ribeiro Filho

**Conselho Diretor - 2002/2004**  
 Representante dos Administradores  
 Pedro Paulo de Freitas

Representante dos Advogados  
 Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas  
 César Lima da Graça

Representantes dos Aposentados  
 Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego  
 Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares  
 Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe

Representante dos Arquitetos  
 Júlio Celso Bragança Gil

Representante dos Assistentes  
 Sociais

Zélia Maria Monteiro Borba

Representante dos Biólogos  
 Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores  
 Sérgio Pereira

Representante dos Economistas  
 Firmino Gustavo Gameleira

Representantes dos Engenheiros  
 Antônio Carlos Alvares Grillo

Flávio José Soares de Moura  
 Edes Fernandes de Oliveira

Júlio César Oliveira Antunes  
 Armando Costa V. Junior

Altamir Pereira Nunes

Representante dos Farmacêuticos  
 Armando Costa Vieira

Representante dos Geólogos  
 Egmont Bastos Capucci

Representante dos Químicos  
 Paulo Roberto Correa

**Conselheiros Natos**  
 Antônio Inácio da Silveira

Walnyr Bitencourt de Oliveira  
 Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do Rego Pinto  
 Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique Soares de Menezes  
 Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

**Conselho Fiscal - 2001/2003**  
 César Eduardo Scherer (Efetivo)

Márcio de Melo Rocha (Efetivo)  
 Paulo César Quintanilha (Efetivo)

Jorge Rodrigues Leitão (Suplente)  
 Gérson Pereira Nascimento (Suplente)

Cândido Francisco S. Silva (Suplente)

**Produção e Edição:**  
 Planin Serviços Editoriais

**Jornalista Responsável**  
 Carlos Emiliano Eleutério  
 MTB: 12.524-RJ

Janeiro/fevereiro de 2003

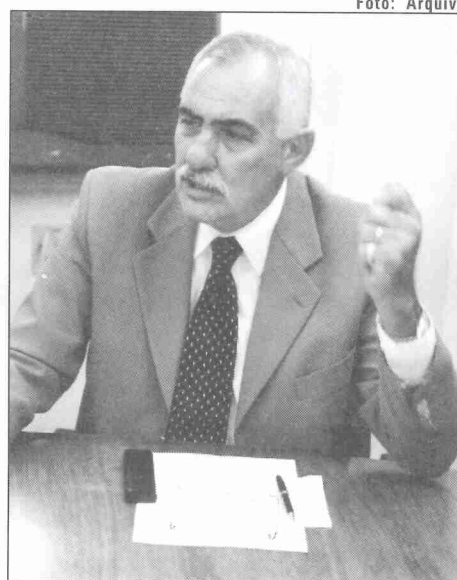
# Modelo de gestão

## Estrutura administrativa em exame na CEDAE preocupa. ASEAC defende a auto-gestão na empresa

“**A** CEDAE é viável. Se ela vai mal é por que querem que ela vá mal”. O desafo é do presidente em exercício da ASEAC e representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração da Companhia, Dario Mondego, ao comentar a preocupação da diretoria da ASEAC com a nova estrutura administrativa criada para a empresa, que ora aguarda aprovação do Conselho de Administração da CEDAE.

Na visão do diretor da ASEAC, as dificuldades que a CEDAE vem enfrentando nos últimos anos e ainda enfrenta atualmente são resultado da falta de autonomia administrativa da Empresa. Outro fator que fragiliza a Companhia é a sua utilização por sucessivos governos como instrumento político. Segundo Dario Mondego, a nova estrutura delineada hoje para a CEDAE pelo governo Rosinha Garotinho preocupa os técnicos da Empresa pelas suas características centralizadoras:

- No governo Garotinho, a CEDAE foi relativamente descentralizada. No atual governo, o acionista majoritário – o Estado – pa-



Vice presidente da ASEAC, Dario Mondego

rece que optou por um modelo mais centralizador das decisões – disse o vice-Presidente da ASEAC. Segundo ele, o exemplo disso é a extinção da diretoria do Interior que, de certa forma, aproximava as prefeituras das decisões gerenciais da CEDAE, além de atenuar a pressão dos prefeitos que, com a legitimidade que possuem através do voto,

não se sentem prestigiados ao terem que se reportar a uma chefia de terceiro escalão para discutir prioridades para o seu município. “É como se esperar que o prefeito do Rio de Janeiro tenha de discutir os seus problemas com a chefia de distritos de água e esgotos. Não dá!”, disse Dario Mondego.

Além disso, “a nova reestruturação da CEDAE, que aguarda aprovação, está sendo proposta sob a alegação de reduzir os custos da empresa. Mas não temos conhecimento de qualquer estudo técnico preliminar para respaldar essas mudanças estruturais.

O conselheiro da CEDAE lembra que, há anos, os técnicos da companhia reclamam da falta de autonomia gerencial da empresa, única forma de a CEDAE resgatar o seu papel junto à sociedade fluminense e prestar um serviço de qualidade à população. E reafirmou que “a ASEAC defende a adoção de um contrato de auto-gestão, com metas e prazos previamente definidos, sem ingerência política-partidária e com a apuração de responsabilidades em caso de descumprimento do contrato”, concluiu.

## João Nascimento

### O último adeus dos amigos e companheiros da CEDAE

Faleceu, no último dia 05 de fevereiro, o engenheiro João Ferreira do Nascimento Filho. João Nascimento, como era conhecido entre os companheiros da CEDAE, exerceu importantes cargos de projeção em órgãos públicos e empresas privadas, notabilizando-se como o primeiro Presidente da CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, entre 1975/79. Foi o responsável pela fusão da CEDAG, ESAG e da SANERJ- que formaram a CEDAE. Ainda na CEDAG, foi diretor de Operações da Empre-

sa (1972/75). Durante sua gestão na CEDAE, foram empreendidos e inaugurados vários projetos de inquestionável importância como os sistemas de abastecimento de água de Teresópolis e da Região dos Lagos, além da conclusão do Emissário Submarino de Ipanema.

Executivo de primeira linha, João Nascimento foi incumbido de implantar a CAC - Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa, da qual foi seu primeiro presidente.

Deixa saudades entre os amigos e colegas de trabalho, além de um exemplo de homem público de que tanto se necessita hoje. ●

## Know-How

Buscando o permanente aprimoramento profissional, os técnicos Jorge Briard e Edes Fernandes acabam de ser diplomados pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ como especialistas em Gestão Ambiental. Membros da Diretoria da ASEAC, os dois técnicos passam a somar ao conhecimento técnico e operacional, que já demonstraram na companhia, toda uma nova experiência no controle de problemas ambientais, em benefício da CEDAE. O fato se reveste de importância, tendo em vista a necessidade de as companhias de Saneamento se adaptarem às exigências da nova Lei de Recursos Hídricos. ●



# Novo alerta no Paraíba

## Cunha salina invade o rio e ameaça abastecimento em São João da Barra

O rápido processo de salinização que está ocorrendo a partir da foz do rio Paraíba do Sul, em São João da Barra, já está comprometendo o sistema de captação de água bruta da CEDAE naquela cidade. De acordo com o geólogo do Laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNF), Álvaro Ramon Coelho Ovalle, a situação tem se agravado nos meses em que a baixa vazão do rio coincide com o período de grande maré, fazendo com que o fluxo das águas chegue fraco à foz, favorecendo a entrada da cunha salina que avança até a captação.

Apesar de a cunha salina estar atingindo a captação de água da CEDAE, o fenômeno, embora ainda não esteja afetando efetivamente o for-

necimento de água da cidade de 30 mil habitantes, poderá representar um risco futuro para o abastecimento da cidade. "Hoje, a maré alta dura pouco e só se manifesta em grandes amplitudes durante três ou quatro dias por mês. Durante esse período, permanece alta por duas ou três horas. Quando ocorre esta situação, a estação de tratamento para de captar água, voltando, logo depois, a se normalizar para tratar a água que abastece a cidade," explica. Para Ramon, este tem sido o recurso para enfrentar o problema da salinização do Rio Paraíba.

O geólogo destaca que, em outubro do ano passado, o rio teve a vazão mais baixa dos últimos cinco anos, quando chegou a 120m<sup>3</sup>/s, sendo que o normal é de 250 a 300m<sup>3</sup>/s. "Esse foi o período mais crítico", lembra.

A baixa vazão do Rio Paraíba é consequência de diversos fatores como o desmatamento, o assoreamento e a má distribuição de chuvas. A solução para combater os problemas que contribuem para baixar o nível da água, fazendo com que o rio sofra a influência da alta maré, poderá estar na Lei de Recursos Hídricos, criada em 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e, em consequência, a cobrança pelo uso da água, no final do ano passado. Segundo Álvaro Ramon Coelho Ovalle, esse dinheiro certamente será usado para alguma ação de preservação da bacia, como educação ambiental, reflorestamento e tratamento de esgoto. No entanto, o geólogo adverte que os resultados práticos só serão alcançados a longo prazo, em um período de 10 a 20 anos.

**Situação tem se agravado nos meses em que a baixa vazão do rio Paraíba do Sul coincide com o período de grandes marés**

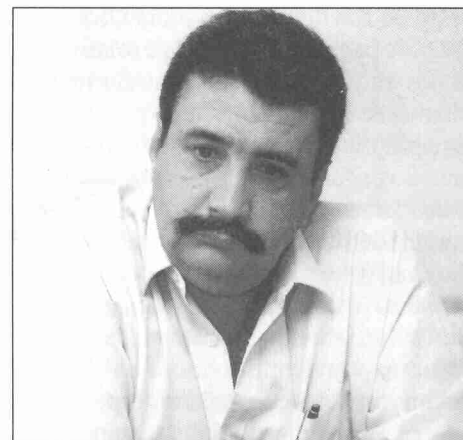
## Reforço no Saneamento

A direção da ASEAC aplaudiu a escolha do sindicalista Abelardo de Oliveira Filho, para dirigir a Secretaria Nacional de Saneamento, o mais importante órgão de formulação e execução de políticas públicas para o setor, no governo federal, e do engenheiro Clóvis Francisco do Nascimento Filho, para assumir a diretoria de Água e Esgoto da Secretaria. Ambos são antigos companheiros de luta – Abelardo, da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa), e Clóvis Nascimento, dos quadros da CEDAE.

A escolha dos nomes para o cargo, no entender da ASEAC, é uma decisão muito importante para os sanitaristas,

pois representa a certeza de que o Saneamento público será a meta da Secretaria. E demonstra, uma preocupação com a população excluída de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos.

Juntamente com outros nomes de expressão no setor, Abelardo de Oliveira Filho é um dos fundadores da Frente Nacional em Defesa do Saneamento, criada em 1998 por iniciativa do então presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e atual diretor de água e esgoto da Secretaria, Clóvis Francisco do Nascimento



Clóvis Francisco do Nascimento, novo Diretor de água e esgoto da Secretaria de Saneamento

### Fórum Social Mundial

A ASEAC esteve representada no Fórum Social Mundial pelo engenheiro aposentado da CEDAE Honório Gil, sócio-fundador da entidade, que participou dos debates e oficinas realizados no evento, abordando as questões ligadas ao Saneamento Ambiental. Entre outros, ele destacou a qualidade da Oficina sobre a questão da água, realizada durante o evento pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Água e Esgotos (Assemae).

### Cirurgia afasta Paulino da presidência

Uma cirurgia de emergência, devido a uma diverticulite, tirou temporariamente das nossas trincheiras o companheiro de luta Paulino Cabral da Silva, atual presidente da ASEAC. Paulino deverá ficar afastado da entidade pelos próximos quatro ou cinco meses, em processo de recuperação. Os amigos e

companheiros da empresa e colegas de diretoria da ASEAC desejam ao valoroso companheiro um pronto restabelecimento e breve retorno. Na ausência de Paulino Cabral, a presidência da entidade está sendo respondida, interinamente, pelo atual vice-Presidente, Dario Mondego.

### Reconhecimento

A direção da ASEAC manifestou seu reconhecimento público aos técnicos Paulo Cesar Quintanilha, Antonio Carlos Grillo e Edson Reis dos Santos, que assumiram, no segundo semestre do ano passado, o comando da Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC-Saúde), com a espinhosa missão de estancar o processo de degradação do plano de saúde dos funcionários da companhia, de acordo com o relatório apresentado pela auditoria exter-

na determinada pelo Conselho de Administração da CEDAE.

"A ASEAC se sente recompensada pela luta que travaram os companheiros. Queremos agradecer de público o esforço, empenho e dedicação dos colegas que aceitaram a tarefa num momento de extrema delicadeza da instituição, detectada graças à sensibilidade do Conselho de Administração da CEDAE", ressaltou a direção da entidade.



## Gestão privada

Com seus lucros ameaçados, distribuidoras do setor elétrico privatizadas começam a debandar. No Paraná, Governo denuncia o “estranho acordo” que trocou os objetivos sociais da Sanepar pela busca do lucro financeiro a qualquer preço

# A f vem a

## Contratos feitos à época das privatizações escondem estranhas permissões

**A** decisão do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), de anular o “estranho” contrato que a companhia de Saneamento do Estado – a Sanepar – mantinha desde o governo passado com a francesa Dominó Holding, que mesmo sem a maioria do capital detinha o controle de gestão da empresa, começou a revelar o lado mais sombrio do programa de privatização brasileira e a trazer à tona uma pergunta que não quer calar: O que leva um governo ou pessoas supostamente eleitas para zelar e desenvolver o patrimônio de uma nação a autorizar ou compactuar com acordos de concessão flagrantemente e lesivos aos interesses da sociedade e do país.

Da forma como foram feitos à época das privatizações, o modelo de contrato usado no setor elétrico, por exemplo, criou uma espécie de “blindagem” às empresas controladoras, dificultando a eventual cobrança de dívidas e permitindo, assim, que as concessionárias privadas simplesmente arrumem as malas e abandonem os negócios que não deram certo. O caso da Sanepar, que envolve a privatização de uma empresa responsável por um serviço essencial à saúde – o Saneamento Básico – é apenas a ponta de um “iceberg”, que começou se mostrar por inteiro quando os primeiros sinais de uma crise desencadeada pela disparada do dólar passou a ameaçar os interesses econômicos das empresas multinacionais que controlam as ex-estatais brasileiras.

O primeiro desses casos foi o da norte-americana PPL, controladora da Companhia de Eletricidade do Maranhão, que contraiu empréstimos em nome da empresa e foi embora, deixando a distribuidora de energia atolada em dívidas de R\$ 350 milhões. Mais recentemente, a empresa francesa Electricité de France (EDF), controladora da Light, anunciou

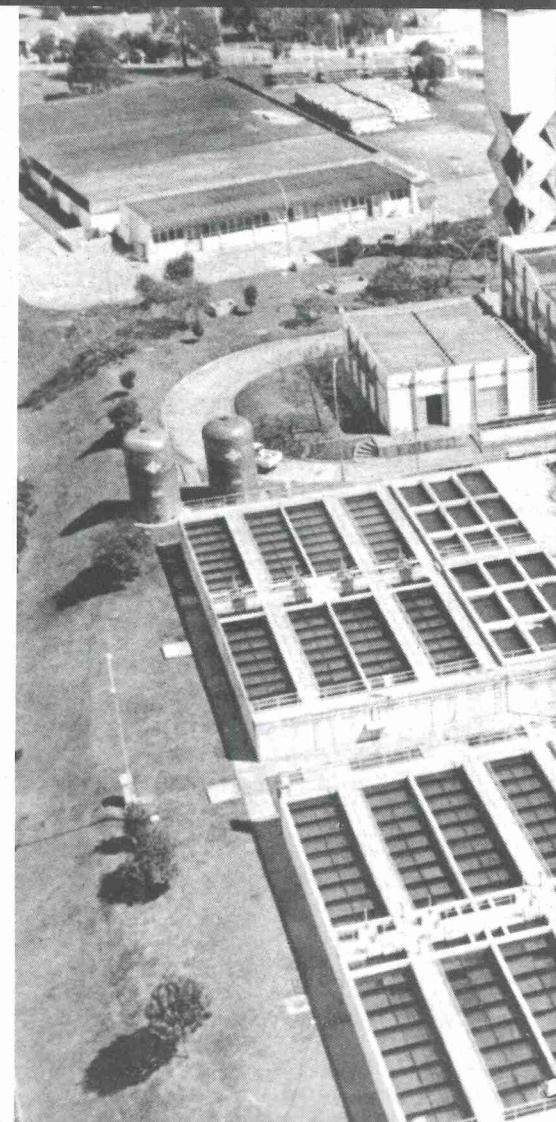
pela imprensa que poderá abandonar o negócio de distribuição no Brasil, caso a concessionária não mostre sinais de recuperação da crise em que se encontra, até meados do ano.

Mas o caso mais gritante é o da companhia de eletricidade de São Paulo – a Eletropaulo, controlada pela norte-americana AES – que deve US\$ 1,2 bilhão ao BNDES. Mesmo assim, só agora, depois de remeter dividendos a investidores no exterior, a empresa foi ameaçada de intervenção federal. A AES deveria ter pago uma parcela de sua dívida ao BNDES, de US\$ 85 milhões, no final de janeiro, mas não honrou o compromisso, sinalizando para o que poderá acontecer com o resto de sua dívida, que soma US\$ 1,2 bilhão. A parcela não quitada é relativa a um dos empréstimos que contraiu junto ao banco de fomento brasileiro para comprar a própria Eletropaulo, dada como garantia do pagamento. Hoje, a companhia é considerada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como a pior distribuidora da região Sudeste. Por sua vez, o governo já mandou recado aos controladores da Light e da Eletropaulo, avisando que não pretende socorrer as distribuidoras privadas com créditos especiais, “pois os problemas das duas empresas devem ser tratados como meras questões financeiras”. Segundo fontes do setor, a

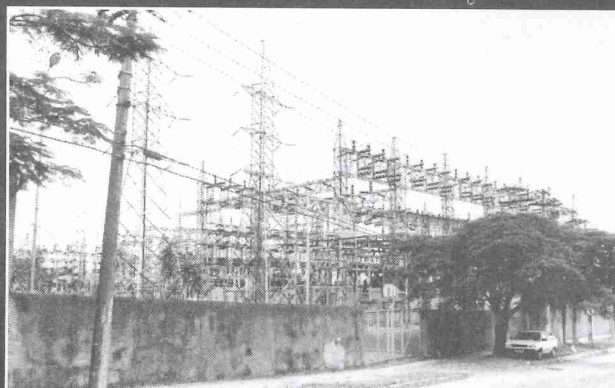
crise que atingiu Furnas Centrais Elétricas que, pela primeira vez, teve que recorrer à Eletrobrás para fechar o caixa em janeiro, seria decorrente da indimplência dessas empresas, que não estariam pagando pela energia comprada.

No Paraná, menos de dois meses após sua posse, o governador Roberto Requião decidiu fazer uma devassa nos contratos lesivos ao Estado, que também envolvem interesses estrangeiros, principalmente nos setores de eletricidade e Saneamento. De um golpe só, suspendeu os pagamentos a fornecedores do governo passado e recorreu à Justiça para romper contratos que envolvem R\$ 1,2 bilhão, que “vem provocando prejuízos significativos ao Estado”, segundo o próprio governador.

Um deles é relativo à compra de energia pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que previa a compra de 800 megawatts de potência, ao longo de 720 horas/mês, da companhia de Conexão Energética (Cien), controlada pela espanhola Endesa. Um negócio da China, pois desde maio de 2002, a Copel pagava US\$ 29 o megawatt/hora, utilizando ou não a energia comprada. Outro contrato era mantido com a Termelétrica Araucária, controlada pela americana El Paso, que prevê a compra de 486 megawatts por US\$ 42 o megawatt/hora. Os dois contratos foram firmados em fins de 1999.



*A norte-americana PPL, controladora da Cemar, do Maranhão, contraiu empréstimos de R\$ 350 milhões, foi embora e deixou a dívida para a distribuidora*



No caso da Sanepar, um acionista havia traçado o controle da gestão da Dominó Holding, embora tivesse apenas 39,71%



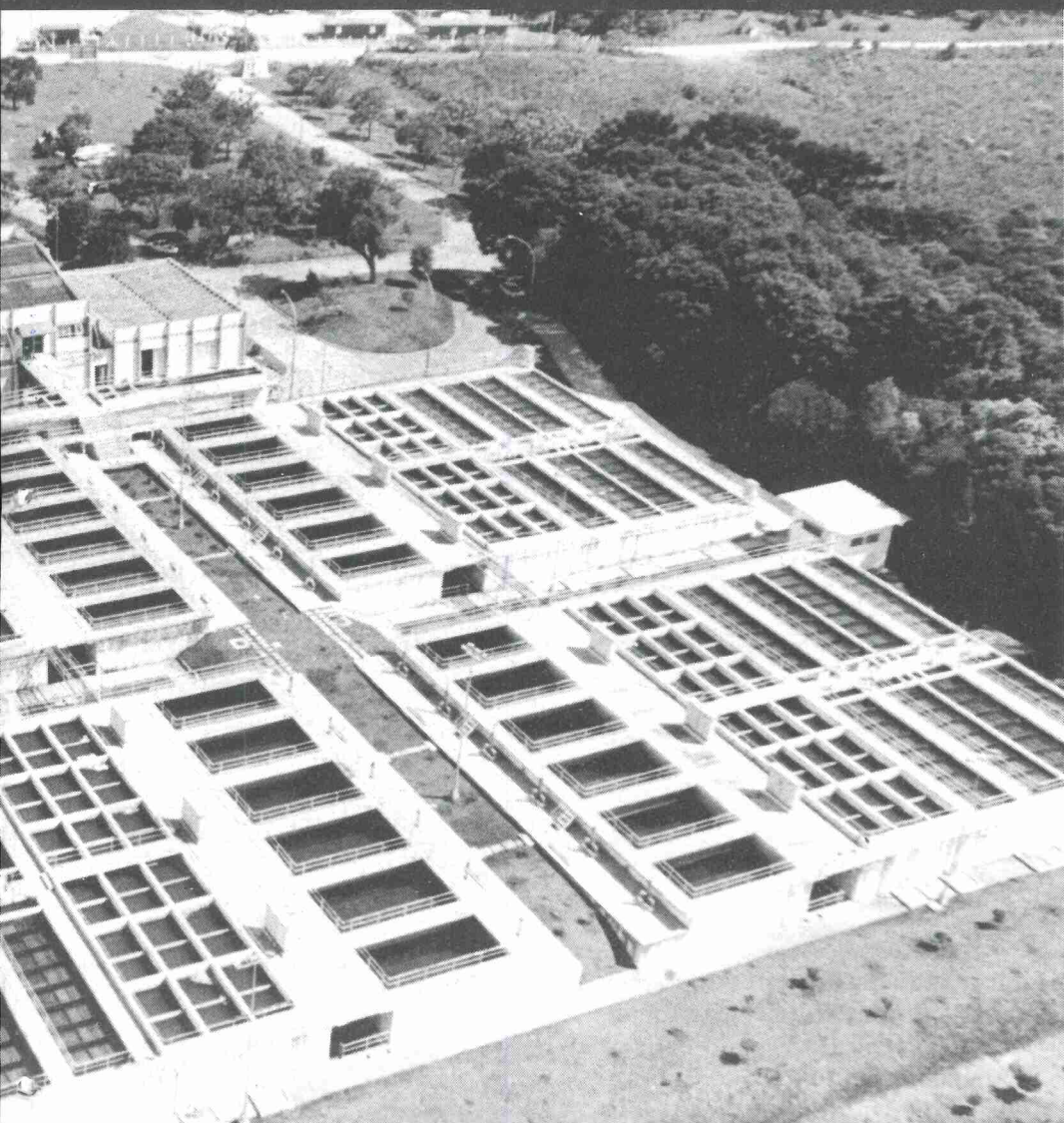
“O capítulo da apropriação indevida do patrimônio público está encerrado”

Roberto Requião (PMDB)  
governador do Paraná



# arsa a tona

vidades. Empresas estão abandonando o negócio e deixando as dívidas



## Sanepar se livra do nefasto “parceiro”

No caso da Sanepar, o contrato que a empresa mantém com a Dominó Holding também é de arrear os cabelos. Graças a esse acordo, entre o governo anterior (Jaime Lerner) e a Dominó Holding, o Estado, mesmo sendo sócio majoritário, abdicou do controle da empresa, dando total poder aos sócios minoritários e concordando com cláusulas que ferem o interesse público como, por exemplo, transformar em “único objetivo da Sanepar a obtenção de lucro”.

Diante da recusa dos representantes legais da empresa de subscrever documento alterando o acordo de acionistas, o governo reconheceu a ineficácia do acordo e declarou nulos todos os atos, contratos, negócios e deliberações decorrentes do acordo. O decreto que sacramentou a decisão foi assinado na tarde do último dia 13 de fevereiro (decreto nº 452) que anula o acordo de acionistas e devolve ao Estado o controle de gestão da Sanepar. “O capítulo da apropriação indevida do patrimônio público está encerrado”, declarou o governador. “Agora, o consumidor passa a ter uma empresa pública interessada na água barata e no saneamento estendido ao conjunto da população por preços que possam ser pagos”, destacou Requião. Segundo o governador, como a anulação do acordo é *ex-tunc* – desde sempre –, todos os lucros obtidos indevidamente terão que ser devolvidos. E garantiu que além disso, o crédito de R\$ 199 milhões que

o Governo do Estado tem na Sanepar será transformado em ações ordinárias, diminuindo a participação dos sócios privados de 39,71% para menos de 20%. “A não ser que eles compareçam com recursos e cubram o ingresso do capital do Estado”, ponderou Requião.

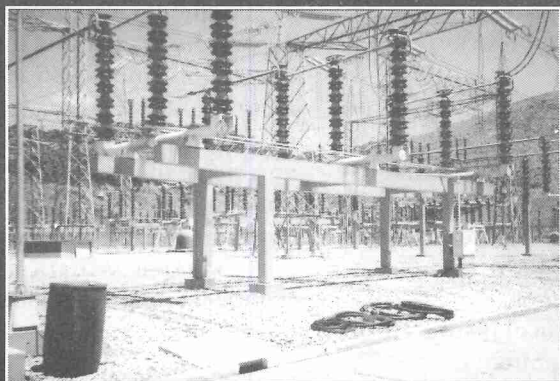
### Acordo ilegal

O governador anunciou que já está marcada para o dia 10 de março a assembleia na qual o Conselho de Administração da Sanepar vai indicar todos os novos diretores da empresa. Na presidência, vai assumir o engenheiro Caio Brandão. “O Caio entra na Sanepar com 15 auditores para levantar todos os problemas internos, para que a sociedade paranaense tenha consciência de como estava sendo administrada a empresa”, revelou Requião, explicando ainda que será anulado também todo processo de licitação feito ano passado.

A decisão do governo foi baseada em uma série de irregularidades que circundam o acordo como, por exemplo, a falta de assinatura do então governador, Jaime Lerner. Juridicamente, a celebração de acordos é ato da competência privativa e indelegável do governador do Estado.

Além disso, o acordo impôs ao Estado a obrigação de votar em bloco com os interesses do grupo minoritário, inclusive na questão da distribuição de dividendos e na remuneração dos membros do conselho administrativo e da diretoria executiva. Ainda por força do

acordo de  
transferido o  
empresa à  
empresa  
das ações



Outro caso gritante é o da Eletropaulo, controlada pela americana AES, que deve US\$ 1,2 bilhão ao BNDES. Parte do empréstimo foi para comprar a própria Eletropaulo



acordo, a elaboração do Plano de Negócios e Orçamento Anual, que são os principais elementos de gestão da Sanepar, estavam a cargo do diretor de operações e do diretor financeiro, ambos eleitos pela Holding. "A Sanepar foi muito mal administrada, estava só manipulando recursos públicos na distribuição de licitações", criticou Requião.

O Estado também dependia da anuência do grupo privado para empréstimos e financiamentos, escolha e destituição dos auditores independentes, destinação de lucros, aprovação de tarifas, distribuição de dividendos, aprovação do plano de cargos e salários.

### HISTÓRICO

Na venda de parte da Sanepar, seguindo a exigência da Lei Estadual 11.963, 60% das ações ficaram com o Estado para que o controle absoluto da companhia fosse mantido. O grupo financeiro denominado Dominó Holding S/A, integrado pela construtora Andrade Gutierrez, pelo Banco Opportunity e pelo grupo francês Vivendi, ficou com 39,71% das ações.

Meses após a negociação, no dia 04 de setembro de 1998, a Holding convenceu o Estado a selar um acordo de acionistas, a pretexto de regular o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais da Sanepar. A partir de então, entre outras cláusulas, ficou estabelecido que o controle da companhia ficaria com os sócios minoritários, e não com o Estado.

Outras cláusulas desse acordo vêm prejudicando o abastecimento público e causando uma série de prejuízos à população, como o alto preço das tarifas e a falta de investimentos. Em Curitiba, por exemplo, o acordo repercute na qualidade duvidosa da água ofertada à população.



Requião assina o decreto que anulou o acordo

## Governo devolve Sanepar à população do Paraná

# Decisão de Requião resgata a função social do Estado

### Antes de decretar a nulidade do contrato com a Dominó Holding, o governo do Paraná publicou o seguinte comunicado ao povo paranaense:

1. O Governo do Paraná não ficará passivo diante do esbulho do patrimônio público e tomará todas as medidas para recuperar o controle da Sanepar, indevidamente alienado aos acionistas minoritários da empresa.

2. Há 40 dias que o Governo do Paraná busca, pela via do entendimento, a alteração consensual do acordo de acionistas.

3. O texto definitivo da alteração já merecera inclusive a aprovação do presidente da AG Concessões S.A, que representou a Dominó Holding nas negociações, bem como do Senhor Roberto Gutierrez, que até mesmo assinou o documento que altera o pacto.

4. Na data de hoje, como previamente agendado, a alteração deveria ser assinada. A recusa deu-se com a justificativa de que seria necessária a anuência dos acionistas da Dominó na França e em outros Estados da Federação.

5. Fica claro, e a própria Dominó deixou claro, que o acionista minoritário quer ganhar tempo.

6. Contudo, que fique bem claro também que o Estado do Paraná não pode mais delongar o resgate do interesse público na condução dos negócios da Sanepar. Dar mais tempo à Dominó equivale atribuir uma sobrevida a um acordo espúrio, ilegítimo desde a sua origem e que sequer nasceu para o mundo do direito.

7. O pacto foi assinado com a usurpação da competência indelegável do governador. E, mercê de suas cláusulas, implica na renúncia do poder-dever - que o Estado tem de exercer o seu direito de controle da

companhia.

8. A Lei Estadual 11.963/97 autorizou a venda de até 40% das ações da Sanepar, mas impôs ao Estado a obrigação de manter o controle da empresa.

9. No entanto, o pacto de acionistas celebrado em 1998, subtraiu do Estado o seu poder de mando, atrelando a gestão da companhia à satisfação dos interesses privados. Estes, embora minoritários, graças a um estratagema ardiloso, passaram a ter a maioria dos votos para a elaboração do Plano de Negócios e Orçamento Anual, essenciais à gestão da Sanepar.

10. O Estado do Paraná, embora com a maioria das ações, a maioria dos membros do Conselho de Administração, a maioria dos membros da Diretoria, viu-se reduzido a uma posição minoritária no comando da empresa.

11. As consequências desta inversão anômala dos poderes do Estado se fez sentir nos últimos anos, quando à população foi negado um serviço público de qualidade. Isso reflete no preço alto das tarifas e na falta de investimentos; em Curitiba, por exemplo, repercute na qualidade duvidosa da água ofertada à população.

12. Por outro lado, centenas de milhares de reais, obtidos com o aval do Governo no mercado internacional, são utilizados sem que o Estado possa interferir; são estranhos contratos sobre os quais o Estado sequer tem informações.

13. Nos termos da cláusula 7.1 do pacto que ora se denuncia, ao Estado só cabia votar para maximizar os lucros do grupo privado.

14. O pacto impede o Estado de elevar o capital da companhia, ainda que o interesse público o exija; de contrair empréstimos e financiamentos; de decidir o que fazer com os lucros; de fixar as tarifas de água e esgoto; até mesmo o reconhecimento da dispensa ou inexecutabilidade de licitações passou a depender da anuência do grupo privado.

15. Os efeitos nocivos deste pacto ocorreram desde a sua celebração e culminaram com a absurda repactuação, feita nos últimos dias de dezembro de 2002, de uma dívida de R\$ 199 milhões da Sanepar para com o Estado do Paraná, que por orientação dos acionistas privados teve o seu vencimento postergado para 2011.

16. Que fique ainda claro que a aquisição das ações pelo sócio privado foi feita a preços inferiores aos de mercado e - pasmem! - também sensivelmente inferiores aos valores patrimoniais.

17. E que se registre também, que este pacto foi previsto para ter vigência até 2013, isto é ultrapassando o mandato deste e dos governadores seguintes, em um claro movimento de apropriação do futuro dos paranaenses.

18. O interesse público não está à disposição de quem quer que seja, nem mesmo do próprio Estado, que tem o poder e o dever de resguardá-lo. Por isso, este Governo promoverá o imediato resgate do controle sobre a Sanepar, que voltará a cumprir os objetivos para os quais foi constituída.

É o que o Governo do Paraná, na defesa dos interesses da população, e no cumprimento do seu dever, tem a comunicar. O Governo do Paraná reafirma que não pode admitir a apropriação de patrimônio público através de expedientes ilícitos e, portanto, rigorosamente inaceitáveis.

A Sanepar voltará a ser dos paranaenses, este é o nosso compromisso.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2003.  
Governo do Paraná



# Light já ameaça ‘Pular do barco’

Contas subiram 156% desde a privatização, mas inflação ficou em 118%

**O** ultimato dado pela Electricité de France (EDF) à sua subsidiária brasileira no setor elétrico – a Light –, para que a distribuidora supere a grave crise financeira em que se encontra desde 1999 ou abandone o negócio no Brasil, veio confirmar a tese defendida pela ASEAC, há anos, de que a privatização está longe de ser a solução dos problemas das estatais nacionais.

Muito pelo contrário, pode ser a receita para viabilizar a exploração de determinados setores nacionais enquanto este for lucrativo e, ao fim deste período, devolver a sucata ao estado ou a quem interessar possa. Tanto assim que, desde que foi privatizada, em 1996, a Light demitiu 6.650 empregados fixos que tinha, terceirizando atividades estratégicas, como a manutenção das redes de distribuição, por exemplo, comprometendo a qualidade dos serviços.

A consequência deste enxugamento veio imediatamente, na forma de “apagões” sistemáticos, que geraram milhares de prejuízos aos consumidores, com a perda de eletrodomésticos e outros equipamentos, transformando a ex-estatal em uma das campeãs em reclamações no Procon. Somente em 2002, a Light foi a segunda em número de reclamações no órgão de defesa do consumidor, com 2433 queixas, perdendo apenas para a Telemar, também privatizada. A empresa está, inclusive, ameaçada de ser multada pela Aneel em R\$ 26 milhões, por deficiência na qualidade de atendimento ao consumidor. O argumento do governo para justificar a transferência da Light à EDF, na ocasião, bem como a venda de outras empresas públicas, era de que a privatização iria viabilizar novos investimentos e, em consequência, a melhoria dos serviços, além de reduzir o endividamento do governo.

Mas a venda da Light, assim como ocorreu com os demais setores públicos privatizados, não serviu nem para melhorar os serviços, nem tão pouco para reduzir a dívida do governo. E também não veio acompanhada de uma redução nas tarifas, conforme se alardeava que ocorreria, em função do aumento da concorrência entre as distribuidoras. Ao contrário, desde que foi transferida ao setor privado até o ano passado, as contas de luz dos consumidores da Light sofreram aumento de



**Depois de privatizada, a Light demitiu trabalhadores, aumentou as tarifas, diminuiu a qualidade dos serviços e agora avisa que está na hora de ir embora. A controladora francesa - a EDF - já deu o ultimato: ou manda dinheiro para garantir o desenvolvimento social na França ou abandona o negócio no Brasil**

156%, enquanto a inflação (IGP-M) acumulada no período chegou a 118,68%.

Ou seja, nem com a ajuda do governo, que transferiu para o consumidor o ônus de fazer os negócios da EDF no Brasil darem certo, a distribuidora conseguiu achar a luz no fim do túnel. No ano passado, por exemplo, a empresa registrou, até setembro, prejuízos da ordem de R\$ 407 milhões e o endividamento chegou a R\$ 5,7 bilhões. A situação se complicou com a queda de 17,4% no consumo de energia, em 2002, devido à crise que atingiu o setor, que acabou se equiparando a níveis de 1995. A Light ainda deixou de faturar 21,6% da energia fornecida no período, parte por conta dos chama-

dos “gatos” (ligações clandestinas) e parte devido a uma inadimplência inexplícável, de 3,5%, equivalente a R\$ 156 milhões. O total acumulado de energia distribuída e não paga por consumidores atinge a cifra de R\$ 900 milhões. Toda essa situação levou a controladora francesa a dar um ultimato à Light: ou a empresa mostra sinais de recuperação até junho próximo, ou a EDF abandona o negócio, vendendo ou devolvendo a concessão.

Na verdade, a atitude da controladora da Light não surpreendeu ninguém. E demonstra que, embora seja uma estatal em seu país de origem, a empresa francesa não joga para perder e não está no Brasil, a exemplo das demais que adquiriram empresas

públicas brasileiras, para cumprir qualquer papel social, como gerar empregos. Muito pelo contrário, a visão é meramente de mercado. Ou o negócio dá o máximo de lucro possível ou simplesmente a matriz retira seus investimentos e vai especular em outro mercado, para garantir o desenvolvimento social em seu país.

Foi exatamente para advertir quanto a esse risco que os técnicos da CEDAE vem se mobilizando, através da ASEAC, desde que o então presidente FHC acertou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a implantação do programa de privatização das estatais brasileiras. Na verdade, os frequentes apagões que se sucederam após a venda da Light, funcionou como um sinal de alerta para os demais setores essenciais, como o Saneamento, que a União e alguns governadores colocaram na ordem de prioridade para privatização imediata, dentro do processo de globalização da economia. “Hoje você está sem luz, amanhã poderá ficar sem água”, alertava a direção da ASEAC e os Sindicatos, prenunciando o desastre que poderia representar a transferência dos serviços de Saneamento à iniciativa privada.

O temor dos técnicos é perfeitamente justificável, pois não é difícil imaginar o que ocorreria com a população, caso um setor vital como o saneamento básico fosse privatizado e, tempos depois, os novos concessionários abandonassem o negócio, como agora ameaça fazer a EDF com a Light.

Seria o caos, principalmente em estados como o caso do Estado do Rio de Janeiro, onde a CEDAE atende a prefeituras que não têm como financiar seus sistemas de Saneamento. A empresa privada simplesmente abandonaria os serviços ou devolveria ao Estado que, provavelmente, já teria desmontado seus sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos, que dispõem de uma estrutura complexa e exigem pesados investimentos e um longo tempo de maturação para ser viabilizado.

O caso da Light, portanto, serve de alerta à população e ao novo governo Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Mesmo porque, sem luz ainda é possível buscar um “jeitinho”, mas sem água, tanto a saúde quanto a própria sobrevivência da população estarão seriamente comprometidas.



# Uma ETA a caminho do caos

**Poluição agrava condições das águas do Guandu e ameaça abastecimento. Sistema de tratamento só resiste graças à eficiência dos técnicos da CEDAE**

**P**or mais irônico que possa parecer, cerca de oito milhões de consumidores que residem no Rio de Janeiro e nos municípios da Baixada Fluminense poderão ficar sem abastecimento, num futuro próximo, apesar de haver excesso de água no rio Guandu. É que, com a degradação das águas dos rios que compõem as bacias hidrográficas do Paraíba do Sul e do Guandu, repositórios de toda sorte de poluição, na época das chuvas, verifica-se, ano a ano, uma dificuldade cada vez maior para tornar potável a água bruta que chega à Estação de Tratamento do Guandu, devido ao grande volume de matéria orgânica e sujeira que o aumento do volume d'água carrega para a ETA. A permanecer este crescente nível de degradação, rapidamente se atingirá períodos de desabastecimento no Grande Rio, por impossibilidade de tratamento das águas do rio Guandu.

A previsão dos técnicos da própria CEDAE era de que essa situação ganhasse conotações mais sérias somente daqui a oito ou 10 anos, mas o acelerado processo de degradação das Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul e do Guandu parece ter antecipado o problema, causado, principalmente, pela devastação das matas ciliares, despejos industriais irregulares, deposição de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos nas margens, exploração ilegal de areia, despejo in natura de esgotos domésticos de vários municípios que contribuem para essas bacias. A situação se agrava sensivelmente devido à contribuição nefasta dos rios Poços, Queimados e Ipiranga, que também sofrem com o mesmo tipo de poluição e deságuam próximos ao ponto de captação de água bruta da ETA do Guandu.

No final de janeiro passado, por exemplo, quando o Estado do Rio enfrentou um dos maiores índices pluviométricos dos últimos anos, a qualidade

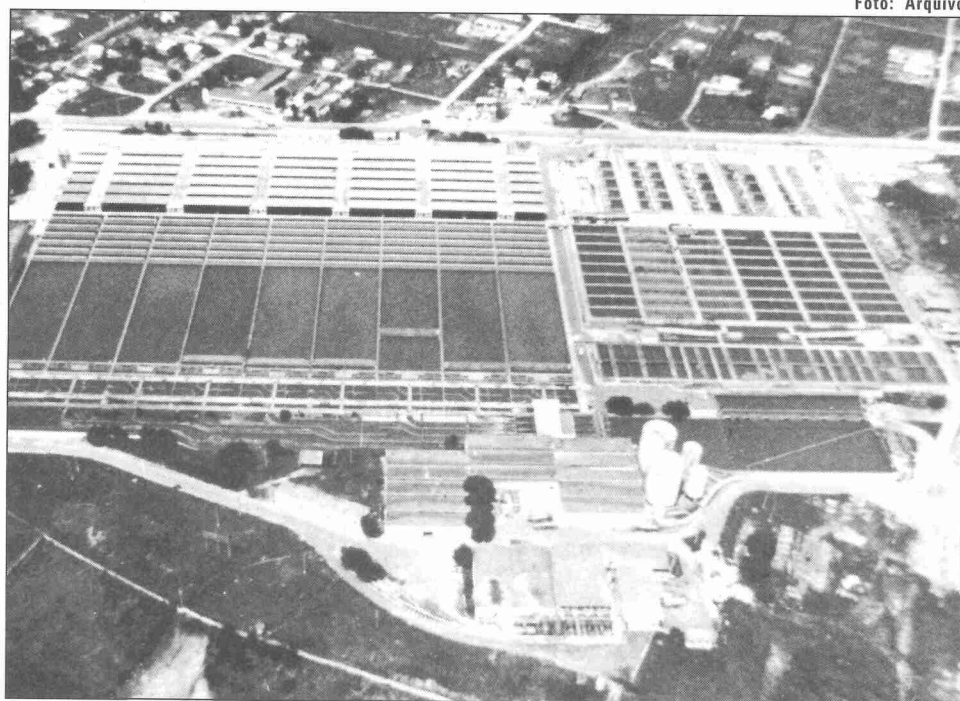


Foto: Arquivo

*A degradação dos rios Guandu e Paraíba dificulta cada vez mais o tratamento na ETA*

das águas do rio Guandu piorou significativamente, atingindo níveis recordes de turbidez (1800 u.t. e 4000 u.c.), provocando várias reduções na produção da ETA do Guandu. A diminuição da produção foi adotada pelos técnicos para que ficasse garantida a qualidade da água potável servida à população do Grande Rio, conforme os parâmetros estabelecidos na Portaria 1469/00, do Ministério da Saúde. No auge da piora da qualidade da água bruta, os técnicos da ETA do Guandu aplicaram todos os recursos possíveis, como a aplicação de produtos químicos disponíveis no limite, mas ainda assim foi necessário reduzir 75% da produção normal.

As dificuldades não são novas e já vêm sendo alertadas há bastante tempo pelos técnicos da CEDAE, seja na empresa ou através da ASEAC. Porém, não se vislumbra nenhuma ação mais efetiva e as soluções são sistemática-

mente adiadas para o governo seguinte.

O problema da degradação ambiental e hídrica, assim como a dificuldade crescente para tratar a água, já foi, inclusive, assunto de reportagem da Rede Globo de Televisão, na qual o repórter Pedro Bial, depois de mostrar as condições em que a água é captada pela CEDAE no rio Guandu, qualificava os técnicos do Guandu como verdadeiros heróis, responsáveis

pelo "milagre" de tratar uma água naquelas condições: "A Estação de Tratamento de Água do Guandu, a maior do mundo, faz milagre todo dia", afirmou o repórter. A reportagem fez com que o Conselho de Administração da CEDAE emitisse, inclusive, em dezembro de 2001, um documento elogiando a capacidade técnica dos funcionários da Diretoria de Produção e Tratamento, que engloba a Eta – a maior do mundo em volume diário de água produzida.

Na verdade, o rápido processo de degradação que atinge as Bacias Hidrográficas dos rios Guandu e Paraíba do Sul é uma preocupação antiga dos técnicos da CEDAE, tendo em vista a importância dessas bacias para a vida da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Os técnicos vão continuar denunciando o problema, para garantir a criação de um Plano de Bacia para o Guandu, pelos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. E dessa forma, assegurar que os recursos arrecadados pelo uso da água possam ser transformados em ações efetivas de recuperação ambiental e hídrica daquelas bacias hidrográficas. A ASEAC vai encaminhar um documento aos deputados da Comissão de Meio Ambiente da ALERJ, em especial ao deputado Carlos Minc, exigindo mais atenção com a questão da Bacia do Guandu.

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em ___/___/___	Carteiro
Em ___/___/___	

